

Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação da arguida em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

17 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Rosa de Jesus Teixeira Alves*. — O Escrivão-Adjunto, *Carlos Alberto de Sousa Kasprzykowski*.

Anúncio n.º 5871-NQ/2007

A Dr.ª Rosa de Jesus Teixeira Alves, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Maia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 4/03.1ZFPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Walter Eduardo Luna Rengel, filho de Ovidio Luna e de Melania Rengel, natural do Equador, de nacionalidade equatoriana, nascido em 13 de Novembro de 1970, solteiro, engenheiro, titular do bilhete de identidade estrangeiro n.º 110297511-5, com domicílio na Calle Bolívar 009, Barrio San Roque, Canton, Quitanga, Provincia Loja, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelos artigos 255.º, alínea a) e 256.º, n.º 1, alínea c) e n.º 3, ambos do Código Penal, praticado em 20 de Janeiro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 3 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

17 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Rosa de Jesus Teixeira Alves*. — O Escrivão-Adjunto, *Carlos Alberto de Sousa Kasprzykowski*.

Anúncio n.º 5871-NR/2007

A Dr.ª Rosa de Jesus Teixeira Alves, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Maia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 10/03.6ZFPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Igor Paseka, filho de Ivan Paseka e de Olga Paseka, natural da Ucrânia, de nacionalidade ucraniana, nascido em 15 de Junho de 1980, solteiro, mecânico, com domicílio na Rua Montevideu, 14, rés-do-chão direito, 5370 Mirandela, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelos artigos 255.º, alínea a), e 256.º, n.º 1, alínea c), e n.º 3, ambos do Código Penal, praticado em 4 de Março de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 12 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

18 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Rosa de Jesus Teixeira Alves*. — O Escrivão-Adjunto, *Carlos Alberto de Sousa Kasprzykowski*.

Anúncio n.º 5871-NS/2007

A Dr.ª Rosa de Jesus Teixeira Alves, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Maia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 5/00.1ZFPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Freddi Gustavo Veja Cueva, filho de Segundo Veja Neira e de Jeovina Cueva, natural do Equador, de nacionalidade equatoriana, nascido em 7 de Novembro de 1953, solteiro, engenheiro, com domicílio na Avenida Real Audiência, 55, 198 Quito, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º, n.º 1, alínea c), e n.º 3, do Código Penal, praticado em 25 de Janeiro de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 3 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do

Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

18 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Rosa de Jesus Teixeira Alves*. — O Escrivão-Adjunto, *Carlos Alberto de Sousa Kasprzykowski*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA MARINHA GRANDE

Anúncio n.º 5871-NT/2007

A Dr.ª Carla Rafael, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca da Marinha Grande, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 149/97.5GDLRA, antes identificado com o n.º 26/99, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos José Rolo Gonçalves, filho de Francisco Gonçalves Saino e de Emília da Silva Rolo, natural de Leiria, de nacionalidade portuguesa, nascido em 24 de Março de 1975, Rua Padre António Vieira, 11, 2400 Leiria, por se encontrar acusado da prática de um crime por despacho de 4 de Julho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código do Processo Penal.

5 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Carla Rafael*. — A Escrivã Auxiliar, *Maria de Fátima Martins Felicidade André*.

Anúncio n.º 5871-NU/2007

A Dr.ª Carla Rafael, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca da Marinha Grande, faz saber que, no processo abreviado n.º 269/99.IPAMGR, pendente neste Tribunal contra o arguido Vítor Manuel Neves da Costa, filho de José António da Costa e de Zulmira das Neves Costa, natural da Marinha Grande, de nacionalidade portuguesa, nascido em 9 de Dezembro de 1970, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 9559947, com domicílio na Rua dos Eucaliptos, 34, Ordem, 2430 Marinha Grande, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 6 de Maio de 1999 e um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 6 de Maio de 1999, por despacho de 26 de Julho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido ter procedido ao pagamento da pena de multa em que foi condenado, tendo a mesma já sido declarada extinta.

27 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Carla Rafael*. — A Escrivã-Adjunta, *Cristina Isabel S. G. Pereira*.

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MATOSINHOS

Anúncio n.º 5871-NV/2007

O Dr. Hélder Elias Claro, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Matosinhos, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 11/94.3TBMTS, pendente neste Tribunal contra o arguido Joaquim Jorge Brandão Mourão, filho de Joaquim António Borges Mourão e de Cidália Pereira Brandão, natural de Argela, Caminha, de nacionalidade portuguesa, nascido em 10 de Dezembro de 1965, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 7423333, com domicílio no lugar de Marinhãs, Vilar de Mouros, 4910-585 Caminha, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 24 de Maio de 1994, por despacho de 12 de Junho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos

termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação em juízo.

21 de Junho de 2007. — O Juiz de Direito, *Hélder Elias Claro*. — A Escrivã-Adjunta, *Júlia Santos*.

Anúncio n.º 5871-NX/2007

O Dr. Hélder Elias Claro, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Matosinhos, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 646/05.OPGMTS, pendente neste Tribunal contra a arguida Stana Daniela, filha de Stana Mihai e de Stana Maria, natural da Roménia, nascida em 11 de Julho de 1972, solteira, titular do passaporte n.º 7084879, titular do bilhete de identidade estrangeiro n.º 7084879, com domicílio na Pensão 31 de Janeiro, Rua 31 de Janeiro, 4000 Porto, por se encontrar acusada da prática de um crime de furto na forma tentada, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.ºs 1 e 2, do Código Penal, praticado em 7 de Julho de 2005, foi o mesmo declarado contumaz, em 25 de Junho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter bilhete de identidade, passaporte, certificado de registo criminal e quaisquer outros documentos, certidões ou registos em conservatórias, repartição de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e, ainda, o arresto das contas bancárias de que o arguido seja titular, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

28 de Junho de 2007. — O Juiz de Direito, *Hélder Elias Claro*. — A Escrivã-Adjunta, *Júlia Santos*.

Anúncio n.º 5871-NZ/2007

O Dr. Hélder Elias Claro, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Matosinhos, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 646/05.OPGMTS, pendente neste Tribunal contra o arguido Pacea Llie, filho de Pacea Petre e de Pacea Maria, natural da Roménia, nascido em 2 de Agosto de 1972, solteiro, titular do passaporte n.º 8500451, com domicílio na Pensão 31 de Janeiro, Rua 31 de Janeiro, 4000 Porto, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto na forma tentada, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.ºs 1 e 2, do Código Penal, praticado em 7 de Julho de 2005, foi o mesmo declarado contumaz, em 25 de Junho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter bilhete de identidade, passaporte, certificado de registo criminal e quaisquer outros documentos, certidões ou registos em conservatórias, repartição de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e, ainda, o arresto das contas bancárias de que o arguido seja titular, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

28 de Junho de 2007. — O Juiz de Direito, *Hélder Elias Claro*. — A Escrivã-Adjunta, *Júlia Santos*.

Anúncio n.º 5871-OA/2007

O Dr. Hélder Elias Claro, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Matosinhos, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 469/05.PGMTS, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Vladimir Arsénio Bartolomeu, filho de Lourenço António e de Arnalda Assunção de Sousa Arsénio, natural de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 21 de Maio de 1979, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 16179578, com domicílio na Rua Comandante Rocha Cunha, 74-A, 3.º-D, 3800 Aveiro, por se encontrar acusado da prá-

tica de um crime de furto simples (em supermercado), previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 20 de Maio de 2005, por despacho de 28 de Junho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por prestação de termo de identidade e residência.

29 de Junho de 2007. — O Juiz de Direito, *Hélder Elias Claro*. — A Escrivã-Adjunta, *Júlia Santos*.

Anúncio n.º 5871-OB/2007

O Dr. Hélder Elias Claro, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Matosinhos, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo) n.º 2256/04.OTBMTS, pendente neste Tribunal contra o arguido António Rui Vieira Fernandes, filho de Augusto Fernandes e de Josefa Vieira Gomes, de nacionalidade portuguesa, nascido em 28 de Janeiro de 1967, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 9992474, com domicílio na Rua Alexandre Alves de Salazar, Carvalheiro, Pedome, 4760 Vila Nova de Famalicão, por se encontrar acusado da prática de um crime de detenção ou tráfico de armas proibidas, previsto e punido pelo artigo 275.º, n.º 3, do Código Penal, praticado em 3 de Junho de 2003, por despacho de 27 de Junho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

29 de Junho de 2007. — O Juiz de Direito, *Hélder Elias Claro*. — O Escrivão-Adjunto, *Jaime Moreira*.

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MATOSINHOS

Anúncio n.º 5871-OC/2007

O Dr. Jorge Manuel Santos, juiz de direito do 3.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Matosinhos, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 110/02.0PBMTS, pendente neste Tribunal contra a arguida Paula Maria da Costa Pereira Guedes Santos, filha de Manuel Maria Pereira Guedes e de Maria da Conceição da Costa Serrão, de nacionalidade portuguesa, nascida em 15 de Abril de 1963, casada, titular do bilhete de identidade n.º 5891751, com domicílio na Rua Dr. Albano Sá Lima, 70, 1.º, 4450-601 Leça da Palmeira, por sentença transitada em julgado, foi a mesma condenada na pena de 400 dias de multa, à taxa diária de dois euros, no total de 800 euros, posteriormente substituída por 300 dias de trabalho a favor da comunidade e por fim convertida em 106 dias de prisão subsidiária, por um crime de furto, dois crimes de falsificação de documento e um crime de burla qualificada (respectivamente, artigos 203.º, n.º 2, 256.º, n.º 1, alínea *a*), e n.º 3, e 217.º, n.º 1, 218.º, n.º 2, alínea *a*), e 202.º, alínea *b*), todos do Código Penal), praticado em 29 de Agosto de 2001, foi a mesma declarada contumaz, em 2 de Julho de 2007, nos termos dos artigos 476.º, 335.º e 337.º do Código de Processo Penal. Para desmotivar a situação de contumácia, e em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 337.º, decide-se ainda proibir a arguida ou qualquer pessoa no interesse dele de obter ou renovar passaporte, obter certidões ou registos, obter certificados de registo criminal, obter ou renovar o bilhete de identidade e registar a aquisição de imóveis ou veículos automóveis.

4 de Julho de 2007. — O Juiz de Direito, *Jorge Manuel Santos*. — A Escrivã-Adjunta, *Luísa Sousa*.

Anúncio n.º 5871-OD/2007

A Dr.ª Ana Carina Travassos Garcia Bastos, juíza de direito do 3.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Matosinhos, faz saber que, no processo abreviado n.º 2349/02.9TAMTS, pendente neste Tribunal contra o arguido Saulius Majica, filho de Pranas Majica e de Anelie Majiikene, natural da Lituânia, de nacionalidade lituana, nascido em 13 de Abril de 1973, casado, com domicílio na Rua da Santana, 126, 4.º, 4465 Leça do Balio, por se encontrar acusado da prática de um crime de dano qualificado, previsto e punido pelos artigos 212.º, n.º 1, e 213.º, n.º 1, alínea *c*), do Código Penal, por despacho de 13 de Junho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação